

TRE fará uma ampla caçada a eleitores fantasmas

Brasília se prepara para eleições de 86 e revisão começará pelos títulos expedidos até 1970

DAVI EMERICH
Da Editoria de Cidade

O Tribunal Regional Eleitoral poderá iniciar uma verdadeira campanha, em todo o Distrito Federal, de revisão das inscrições efetuadas até 1970, redundando na cassação de inúmeros títulos que, na prática, já estariam invalidados. Pelo menos esta é a opinião do presidente do TRE, Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira, que está preocupado em preparar o órgão para as eleições que certamente serão realizadas em Brasília em 1986.

A legislação brasileira, segundo o presidente do TRE, determina que a inscrição de qualquer cidadão brasileiro deve ser automaticamente anulada no caso dele, não comparecer a três pleitos eleitorais consecutivos. Este dispositivo permite aos Tribunais Regionais manterem um certo controle do volume real de eleitores, eliminando os contingentes fantasmas, que sempre pesam no final das contas na balança das abstenções.

PREPARAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral não terá dificuldades para encaminhar uma votação em 1986, caso Brasília conquiste o seu direito à representação

há exatamente 25 anos — a última foi a disputa entre Jânio Quadros e Lott, em 1960 — este tipo de acompanhamento jamais foi feito na Capital da República. Desta forma, muitas inscrições, de acordo com Eduardo Andrade, estão envelhecidas e milhares de portadores de títulos já estariam residindo fora do Distrito Federal. Se as inscrições efetuadas pelos menos até 1970 não forem revistas, conforme explicou o presidente do TRE, Brasília poderá apresentar um número de abstenções extremamente elevado, mas aparente.

Até o momento, o TRE não tomou oficialmente nenhuma posição sobre o assunto. Esta ideia, entretanto, deverá ser apresentada por Eduardo Andrade e o tema deverá entrar na pauta de discussões do conselho do órgão nos próximos meses.

Tal como toda a sociedade brasiliense, o presidente do TRE também é um ardoroso defensor do direito de voto para a Capital da República. Apesar deste posicionamento, ele prefere não emitir qualquer tipo de opinião sobre a forma como esta representação poderia vir a assumir, porque esta tarefa é de exclusiva responsabilidade do Congresso Nacional.

